

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), realizada em 16 de dezembro de 2025.

Na qualidade de Secretário da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2025, às 09h, de forma presencial, na sede social da Companhia, e por videoconferência, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia, CERTIFICO que as deliberações referentes aos itens (i), (ii), e (iv) da ordem do dia, devidamente consignadas na ata da referida reunião e que consistem nas únicas deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 142, da Lei 6.404/76, possuem a redação transcrita abaixo.

- 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 16 de dezembro de 2025, às 09h, de forma presencial, na sede social da Companhia, e por videoconferência, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia.
- 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Eduardo Saggioro Garcia (Presidente do Conselho de Administração), Cláudio Moniz Barreto Garcia (Conselheiro), Luiz Fernando Ziegler De Saint Edmond (Conselheiro), Yuiti Matsuo Lopes (Conselheiro), Maria Rita Megre de Sousa Coutinho (Conselheira Independente), Paula Magalhães Cardoso Neves (Conselheira Independente) e Vanessa Claro Lopes (Conselheira Independente). Participaram, ainda, os Srs. Fernando Dias Soares (Diretor Presidente) e Sebastien Durchon (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores), diretores estatutários da Companhia; os Srs. Eduardo Nunes de Noronha (Vice-presidente de Gente e Gestão), Fábio Fernandes Medeiros (Vice-presidente Jurídico e de Compliance), Luiz Tavares (Vice-Presidente de Operações), Marcelo Augusto Machado Arantes (Vice-presidente de *Supply Chain*), Osmair Luminatti (Vice Presidente Comercial) e Tiago Abate (Vice Presidente de *Consumer&Growth*); David Nunes (Diretor de Controladoria) e a Sra. Sabrina Juhász (Gerente de Governança Corporativa).
- 3. Composição da Mesa:** Presidente: Eduardo Saggioro Garcia; Secretário: Fábio Fernandes Medeiros.
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias:

Certifico que a matéria objeto do item (i) da Ordem do Dia, tal como transcrita e consignada na ata da reunião, tem a seguinte redação: “(i) Verificação do exercício de bônus de subscrição,

emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2024 e homologado parcialmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de julho de 2024 (“Bônus de Subscrição”), com a consequente emissão de novas ações ordinárias, bem como o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;”

Certifico que a matéria objeto do item (ii) da Ordem do Dia, tal como transcrita e consignada na ata da reunião, tem a seguinte redação: “(ii) Aprovação da Política de Recebimento e Tratamento de Denúncias da Companhia, conforme recomendação do Comitê de Auditoria;”

Certifico que a matéria objeto do item (iv) da Ordem do Dia, tal como transcrita e consignada na ata da reunião, tem a seguinte redação: “(iv) Ratificação da eleição do Sr. Sebastien Durchon para o cargo de Diretor Financeiro em investidas da Companhia.”


5. Deliberações:

Certifico que, quanto à matéria objeto do item (i) da Ordem do Dia, a deliberação do Conselho de Administração, tal como consignada na ata da reunião, restou redigida nos seguintes termos: “(i) A reunião teve início com a condução do Presidente do Conselho de Administração da Companhia agradecendo a presença de todos e destacando que a reunião não estava sendo gravada. Em seguida, no que se refere ao item (i) da ordem do dia, consignou-se que não houve recebimento de notificações de exercício de Bônus de Subscrição, motivo pelo qual restou prejudicada a deliberação sobre a matéria.”

Certifico que, quanto à matéria objeto do item (ii) da Ordem do Dia, a deliberação do Conselho de Administração, tal como consignada na ata da reunião, restou redigida nos seguintes termos: “(ii) Os conselheiros passaram, então, à discussão sobre a aprovação da Política de Recebimento e Tratamento de Denúncias da Companhia. Após o esclarecimento de dúvidas junto à Diretoria e análise dos documentos previamente disponibilizados, e considerando ainda a recomendação favorável do Comitê de Auditoria no sentido da aprovação da referida Política, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a Política de Recebimento e Tratamento de Denúncias, na forma do Anexo I à presente ata.”

Certifico que, quanto à matéria objeto do item (iv) da Ordem do Dia, a deliberação do Conselho de Administração, tal como consignada na ata da reunião, restou redigida nos seguintes termos: “(iv) Na sequência, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem ressalvas, ratificaram a eleição do Sr. Sebastien Durchon para o cargo de Diretor Financeiro das sociedades investidas da Companhia, restando confirmados seus poderes e atribuições, tendo os conselheiros ratificado todos os atos tomados pelo Sr. Sebastien Durchon na qualidade de Diretor Financeiro das investidas até esta data.”

6. Encerramento: O Conselho de Administração autorizou a publicação da presente ata, com a emissão de certidão contendo apenas os itens destinados a produzir efeitos perante terceiros, nos termos do art. 142, §1º, da Lei 6.404/76. Nada mais havendo a tratar e ninguém



fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, é assinada pelos membros da Mesa e pelos Conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025.

Fábio Fernandes Medeiros
Secretário



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60

NIRE 3330029074-5

ANEXO I

POLÍTICA DE RECEBIMENTO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS

1. Objetivo

Esta Política de Recebimento e Tratamento de Denúncias (“Política”) tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para o Canal de Denúncias da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial (“Americanas”), destinado a receber relatos de violações ao seu Código de Ética e Conduta (“Código de Conduta”), às políticas e demais normas internas da Companhia e à legislação vigente — incluindo, mas não se limitando a, situações de fraude, assédio (moral ou sexual), discriminação, corrupção, conflito de interesses, roubo, desvio de conduta ou violações à lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

A Americanas disponibiliza um Canal de Denúncias, independente e especializado, operado por uma empresa terceirizada, acessível tanto para o público interno quanto para o público externo, permitindo que colaboradores, parceiros e terceiros reportem irregularidades, sem medo de Retaliação, a fim de promover um ambiente ético, transparente e seguro.

A Americanas está comprometida em manter um ambiente de trabalho ético, transparente e livre de intimidações. Além disso, a Americanas reconhece que o Canal de Denúncias é uma ferramenta essencial para alcançar esse objetivo, e sua eficácia depende diretamente da confiança que colaboradores e parceiros da Companhia têm em sua capacidade de protegê-los e na apuração e tratamento eficaz das Denúncias.

A Americanas promove ações constantes para disseminação de seus valores, de informações sobre o Canal de Denúncias, bem como disponibiliza publicamente o conteúdo desta Política em seu site de Relações com Investidores, acessível tanto aos colaboradores quanto ao público externo, e de temas pertinentes ao Código de

Conduta por iniciativas de comunicação e revisões periódicas nos treinamentos corporativos.

Por isso, esta Política reafirma o compromisso da Companhia de proteger qualquer indivíduo que se relacione com a Americanas e que, de Boa-fé, relate preocupações éticas, violações de políticas e normas internas, condutas ilegais ou antiéticas por meio de nosso Canal de Denúncias, sendo garantido que ninguém, em nenhuma hipótese, que faça um relato legítimo e/ou qualquer pessoa que possa contribuir com o processo de investigação – seja ele colaborador, ex-colaborador, estagiário, terceirizado, fornecedor ou parceiro – sofrerá qualquer forma de Retaliação e que não haverá tentativa de identificar tais pessoas.

Denúncias comprovadamente falsas, feitas com má-fé ou com a intenção de difamar ou prejudicar outros colaboradores e/ou terceiros, não estão protegidas por esta Política e poderão ser objeto de medidas disciplinares, onde couber, conforme Diretriz Corporativa de Consequências.

2. Campo de Aplicação

Esse documento aplica-se a todos os Stakeholders da Companhia, abrangendo, mas não se limitando a Membros do Conselho de Administração, Membros de Comitês de Assessoramento, Membros do Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária, demais órgãos de governança, associados, prestadores de serviços, fornecedores e partes relacionadas que mantenham qualquer tipo de relação de negócio ou contratual com a Americanas e/ou suas subsidiárias (“Companhia”). Exceto quando, por exigência da legislação, devam ser adotadas outras medidas.

3. Definições

Sem prejuízo das demais definições ao longo da presente Política, as expressões e termos definidos abaixo, quando iniciados em letra maiúscula possuem, para todos os fins e efeitos desta Política, os significados indicados abaixo:

- **Anonimato:** condição em que a identidade do denunciante não é registrada, conhecida ou compartilhada em qualquer etapa do processo de Denúncia e apuração.

- **Associado:** Diretores não estatutários, gerentes, funcionários, menores aprendizes, estagiários, trainees ou outros colaboradores que tenham acesso a informações ou recursos da Companhia.
- **Boa-fé:** princípio que orienta a conduta tanto do denunciante quanto da Companhia, exigindo que ambos ajam com honestidade, transparência, imparcialidade e isenção. A Boa-fé pressupõe que a Denúncia seja realizada com base em informações verdadeiras, consistentes e razoáveis, sem a intenção de causar dano ou manipular o processo. Da mesma forma, a Companhia deve conduzir a apuração com integridade, respeito e imparcialidade, assegurando um tratamento ético e justo para todas as partes envolvidas.
- **Canal de Denúncias:** canal para recebimento de Denúncias/relatos, confidencial e sigiloso, destinado e acessível a todos, gerido por uma empresa terceirizada, independente e especializada, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por telefone 0800 282 2550 ou online através do site canaldedenuncias.com.br/americanas.
- **Companhia:** engloba a Americanas e todas as suas controladas diretas e indiretas, incluindo *joint ventures* e subsidiárias, atuais e futuras.
- **Confidencialidade:** compromisso de proteger todas as informações relacionadas à Denúncia, à apuração e aos resultados obtidos. Esse compromisso é garantido por meio de políticas internas, controles de acesso, restrições de uso e demais medidas organizacionais e técnicas, de modo que somente pessoas devidamente autorizadas tenham acesso aos dados, conforme a estrita necessidade para a condução da investigação e a aplicação das medidas cabíveis.
- **Denúncia:** é a ação de informar, de forma anônima ou identificada, a ocorrência de atos em violação ao Código de Conduta, às políticas e normas internas da Companhia e à legislação vigente.
- **Denunciante:** pessoa física ou jurídica que, de boa-fé, realize uma denúncia por meio dos canais disponibilizados pela Companhia, incluindo, mas não se limitando a colaboradores, administradores, membros de comitês, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e demais terceiros.

- **Denunciado:** pessoa física ou jurídica, interna ou externa à Companhia, sobre a qual recaia a denúncia, incluindo colaboradores, administradores, membros de comitês, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros ou quaisquer terceiros.
- **Retaliação:** qualquer ato de punição, ameaça, intimidação, discriminação, constrangimento ou prejuízo, direto ou indireto, praticado contra o denunciante ou qualquer pessoa envolvida de Boa-Fé na apuração de Denúncias, em razão de sua manifestação.
- **Sanção:** medida disciplinar, corretiva ou punitiva aplicada pela Companhia em decorrência de Denúncia comprovada de violação **ao Código de Conduta, às políticas e normas internas da Companhia e à legislação vigente.**
- **Sigilo:** a Companhia e todos os envolvidos no processo possuem a obrigação legal e ética de não divulgar ou expor as informações contidas na Denúncia, incluindo dados pessoais eventualmente fornecidos pelo denunciante ou por terceiros citados. O sigilo assegura que tais informações sejam utilizadas exclusivamente para a apuração dos fatos e a adoção das medidas necessárias, sendo o acesso restrito e limitado ao mínimo indispensável.
- **Stakeholders:** significa qualquer parte interessada na capacidade que a Companhia tem de gerar valor ao longo do tempo, incluindo, mas não se limitando, a Membros do Conselho de Administração, Membros de Comitês de Assessoramento, Membros do Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária, Associados, clientes, fornecedores, parceiros e outras partes que mantenham qualquer tipo de relação de negócio ou contratual com a Americanas e/ou suas controladas.

A Companhia estabelece a expectativa de que parceiros de negócio, fornecedores e prestadores de serviços mantenham mecanismos internos de compliance e canais de denúncia próprios. Em caso de relatos de violações éticas ou legais relacionadas à Companhia ou suas subsidiárias, estes stakeholders são encorajados e esperados a utilizar o Canal de Denúncias da Americanas para assegurar a apuração e o tratamento adequados, de acordo com as diretrizes desta Política.

4. Abertura da Denúncia e Recebimento

Ao realizar uma Denúncia junto ao Canal, o denunciante poderá escolher se deseja se identificar ou não. Além disso, deverá descrever a situação que o motiva a procurar o Canal de Denúncias. Recomenda-se que as Denúncias contenham o máximo de informações e evidências que o Denunciante tiver conhecimento, de forma a agilizar as apurações e possibilitar a avaliação de procedência, como por exemplo:

- O quê (descrição da situação);
- Quem (nome das pessoas envolvidas, inclusive testemunhas);
- Quando (data em que aconteceu, acontece ou acontecerá a situação, se possível com estimativa de horário);
- Onde (Local do ocorrido);
- Por que (a causa ou motivo);
- Quanto (se for possível medir ou quantificar);
- Provas (se elas existem e onde podem ser encontradas).

Após o registro do relato, um número de protocolo único é gerado e fornecido ao denunciante para que seja acompanhado o andamento da Denúncia, confirmando seu registro imediato.

O processo de apuração e condução das Denúncias é responsabilidade da equipe de Auditoria Interna. Todas as Denúncias recebidas por meio dos canais de relacionamento com a Companhia, sejam internos ou externos, são registradas no Canal de Denúncias automaticamente direcionadas à equipe de Auditoria Interna. Esse processo assegura a rastreabilidade, o controle adequado e a documentação formal de cada relato. Somente pessoas previamente autorizadas e com responsabilidades definidas terão acesso aos relatos do Canal de Denúncias.

Todas as Denúncias recebidas, independentemente do meio utilizado, serão confidenciais, assim como todo o processo de apuração, investigação, resultado e aplicação de medida disciplinar, se cabível.

Todos os Associados, Membros do Conselho de Administração, Membros de Comitês de Assessoramento, Membros do Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária têm o dever de agir com responsabilidade e ética, sendo estimulados a relatar qualquer irregularidade por meio do Canal de Denúncias, uma vez que a omissão diante do conhecimento de qualquer ato ilegal, antiético ou que viole as normas internas da Companhia compromete a integridade do ambiente organizacional.

4.1. Sigilo e Anonimato

O Canal de Denúncias é dedicado à comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas que violem os princípios éticos, políticas, normas internas da Companhia e/ou à legislação vigente. As Denúncias podem ser feitas de maneira anônima ou identificadas e são recebidas por uma empresa terceirizada, independente e especializada, assegurando o Anonimato do denunciante, que assim desejar, e Sigilo absoluto.

A Auditoria Interna deve trabalhar com o mais alto grau de Confidencialidade e imparcialidade nas suas apurações. Deve também considerar que todos que realizarem Denúncias de Boa-Fé e optarem por se identificar tenham o direito de terem suas identidades mantidas em Anonimato durante e após as investigações, sendo as violações a essas diretrizes consideradas infrações aos princípios éticos estabelecidos pela Companhia, portanto passíveis de aplicação de medidas disciplinares, conforme estabelecido na Diretriz Corporativa de Consequências.

Todos os depoimentos, documentos, imagens, evidências e demais materiais coletados durante a apuração de uma Denúncia serão tratados com estrito Sigilo e utilizados exclusivamente nos limites necessários à elucidação dos fatos.

O tratamento dessas informações observará rigorosamente os princípios da LGPD, garantindo a proteção dos dados pessoais envolvidos, bem como a Confidencialidade das partes, podendo ser compartilhados com autoridades

competentes, órgãos reguladores ou entidades externas, somente quando necessário e nos termos da legislação vigente, sempre com base legal adequada e respeitando os direitos dos titulares dos dados.

4.2. Não-Retaliação

Os denunciantes que, de Boa-Fé, reportarem condutas ou fatos que violem as normas internas da Companhia ou legislações aplicáveis não poderão ser alvo de qualquer forma de Retaliação, sanção, perseguição ou constrangimento em razão da Denúncia realizada.

Serão consideradas Retaliação, sem prejuízos de outras condutas que se enquadrem neste conceito, as seguintes atitudes:

- **Ações de Emprego:** Demissão, suspensão, rebaixamento de cargo ou função, redução salarial, não promoção mesmo diante de circunstâncias que deveriam levar à promoção do empregado, transferência infundada ou com propósito de prejudicar o empregado;
- **Assédio e Discriminação:** Assédio moral ou sexual, hostilidade, ostracismo, discriminação de qualquer natureza;
- **Prejuízo à Carreira:** Interferência negativa em avaliações de desempenho, retirada de responsabilidades ou projetos, boicote a oportunidades de desenvolvimento;
- **Intimidação:** Ameaças, perseguição, vigilância excessiva, pressões indevidas; e
- **Danos à Reputação:** Difamação, disseminação de informações falsas ou depreciativas.

A Companhia assegura que toda manifestação feita com responsabilidade e intenção legítima será tratada com seriedade, Confidencialidade e respeito, garantindo a proteção integral do denunciante contra possíveis represálias. A identidade do denunciante, se informada por ele, deverá ser rigorosamente protegida. A Companhia não tolerará qualquer ato que prejudique direta ou indiretamente o denunciante que, por suspeita ou certeza, denunciar fatos e/ou condutas, reais ou

potenciais, que violem o **Código de Conduta, as políticas e normas internas da Companhia e a legislação vigente**. Qualquer gestor que for comprovadamente envolvido em retaliação sofrerá medida disciplinar máxima.

Aquele que, intencionalmente, produzir Denúncia falsa, ou evidência que saiba ser falsa, não estará protegido por esta Política e estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares.

Se alguém acreditar ter sido alvo ou presenciar qualquer ato de Retaliação após realizar uma denúncia de Boa-Fé ou participar de uma apuração interna, é fundamental que reporte imediatamente a situação por meio do Canal de Denúncias.

Todos os casos de Retaliação serão tratados com prioridade máxima, garantindo Sigilo absoluto, investigação rigorosa e a proteção dos envolvidos. A Companhia não tolera qualquer forma de Retaliação e está comprometida em assegurar um ambiente ético, seguro e respeitoso para todos.

A Retaliação é expressamente vedada e passível da aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação vigente e nas normas internas da Companhia, devendo tais casos ser comunicados ao Comitê de Auditoria quando envolverem integrantes da alta administração ou representarem risco relevante à Companhia.

4.3. Apuração de Denúncias

A área de Auditoria Interna é responsável pela análise das Denúncias e recomendação de ações necessárias para a melhor solução do caso por meio do plano de apuração. O processo de apuração deve ser conduzido da seguinte forma:

- a. Análise detalhada da Denúncia;
- b. Verificação se o denunciado já foi envolvido em outra Denúncia;
- c. Classificação da Denúncia;
- d. Planejamento da apuração;
- e. Execução da apuração;
- f. Encerramento; e
- g. Apresentação de resultado.

Todas as Denúncias registradas no Canal devem formalmente ser encerradas, incluindo aquelas classificadas como fora do escopo ou com dados insuficientes, com registro do motivo e comunicação ao denunciante, por meio do protocolo gerado no Canal de Denúncias, mantendo-se sempre a Confidencialidade e o Sigilo do processo e dos envolvidos. Nos casos classificados como fora do escopo de tratamento pela Auditoria Interna, nos termos da Diretriz Normativa de Recebimento e Tratamento de Denúncias, o encerramento deverá ser acompanhado de orientação ao denunciante quanto ao canal adequado para atendimento de sua demanda.

O prazo para conclusão da investigação será de até 60 (sessenta) dias corridos, podendo ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, conforme a criticidade e a complexidade da Denúncia. Sempre que houver prorrogação de prazo, a informação deverá ser registrada no Canal de Denúncias e comunicada ao denunciante por meio do protocolo.

Nos casos de ausência de evidências, dados insuficientes ou relatos fora de escopo, o denunciante será informado de que o relato será arquivado, sem prejuízo de reavaliação, caso novas informações ou evidências relevantes sejam apresentadas.

Ainda, para os protocolos classificados como fora do escopo de tratamento pela Auditoria Interna, conforme Diretriz Normativa de Recebimento e Tratamento de Denúncias, o motivo deve ser informado ao denunciante, que também deve ser orientado a acessar o canal correto para que sua demanda possa ser atendida.

Não são considerados denúncias, para fins desta Política, os relatos que não envolvam indícios de irregularidades, ilícitos, fraudes, violações legais, éticas ou às normas internas da Americanas. São considerados fora de escopo, entre outros:

- Reclamações, solicitações ou sugestões relacionadas a produtos, serviços, trocas, devoluções ou entregas;
- Demandas de atendimento ao cliente, pós-venda ou experiências de compra;
- Dúvidas comerciais, operacionais ou administrativas;
- Solicitações rotineiras de Recursos Humanos (ex.: benefícios, folha de pagamento, férias);
- Conflitos interpessoais que não configurem assédio, discriminação ou violação de normas internas.

Esses relatos devem ser direcionados aos canais adequados, como o SAC Americanas, Ouvidoria, Atendimento ao Cliente, Recursos Humanos ou demais canais institucionais disponibilizados pela Companhia.

As Denúncias encaminhadas à Auditoria Interna serão apuradas de forma independente e confidencial. Nos casos de Denúncias que envolvam profissionais da própria Auditoria Interna, integrantes da Diretoria (estatutária ou não), do Conselho de Administração ou dos seus comitês de assessoramento, a apuração deverá ser conduzida por empresa externa especializada, conforme previsto nas diretrizes internas e aprovado pela instância competente, em linha com as boas práticas de governança corporativa. A Auditoria Interna tem a obrigatoriedade de comunicar imediatamente ao Comitê de Auditoria (CoAud) sobre a existência de um potencial conflito, antes mesmo de contratar a empresa externa, de forma que o processo seja adequadamente conduzido e, se necessário, com o apoio do Conselho de Administração.

As Denúncias recebidas são analisadas com isenção, Confidencialidade e responsabilidade. Casos que envolvam a alta gestão, membros do Conselho ou de seus Comitês serão priorizados e imediatamente comunicados ao Presidente da Companhia, ao Conselho de Administração e ao Coordenador do Comitê de Auditoria (com exceção dos casos em que os mesmos estiverem citados na denúncia). O coordenador do Comitê de Auditoria fará a comunicação à firma de Auditoria Independente, para os devidos acompanhamentos.

nos casos procedentes ou parcialmente procedentes de acordo com a Diretriz Corporativa de Consequências.

As investigações conduzidas pela Auditoria Interna são periodicamente apresentadas ao Comitê de Auditoria da Companhia, garantindo a devida supervisão, transparência e alinhamento com os princípios de governança corporativa. O Comitê de Auditoria poderá determinar a prorrogação do prazo de apuração e/ou solicitar o envolvimento de *expert* externo (além dos casos de conflito na Auditoria Interna) sempre que necessário.

O relatório final, que deve apresentar os fatos identificados, as evidências coletadas, o resultado da apuração, e as medidas recomendadas, assim como os demais dados dos envolvidos, são registrados na plataforma do Canal de Denúncias, de modo confidencial, e não são divulgados para aqueles que não possuam acesso.

O Comitê de Auditoria deverá receber relatório consolidado contendo, de forma agregada, o volume de denúncias, principais tipologias, nível de severidade, status de apuração, tempos médios de conclusão e as principais medidas adotadas. Denúncias que envolvam alta administração, demonstrações financeiras, fraude relevante, assédio grave ou riscos reputacionais significativos deverão ser comunicadas tempestivamente ao Comitê de Auditoria, independentemente da periodicidade dos relatórios consolidados.

As medidas recomendadas devem ser apresentadas periodicamente à estrutura da Comissão de Ética da Companhia para sua apreciação e validação das medidas cabíveis aos denunciados quando envolver executivos da Companhia (casos a partir de nível gerencial, inclusive).

O Comitê de Ética, formado pela Diretoria Executiva, poderá discutir e avaliar determinadas denúncias antes de sua conclusão, sempre que julgar necessário para subsidiar a tomada de decisão. Ficam excluídos dessa atuação os casos em que membros do Comitê estejam envolvidos na denúncia, bem como quando houver solicitação expressa do denunciante, hipótese em que serão adotadas medidas para preservação da confidencialidade e da independência da apuração.

Medidas corretivas e disciplinares serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da conduta, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Diretriz Corporativa de Consequências, Código de Conduta e leis trabalhistas.

Quando as Denúncias envolverem Associados, parceiros de negócio, clientes ou terceiros, poderão ser recomendadas medidas disciplinares, correções estruturais e/ou providências administrativas/judiciais, conforme a gravidade dos fatos apurados, as diretrizes internas da Companhia, o Código de Conduta e as legislações aplicáveis.

As apurações realizadas pela área de Auditoria Interna, além de registradas no sistema de controle, também devem ser documentadas em relatório. Nele devem ser apresentados os fatos apurados, as evidências, constatações e a conclusão do caso.

Caso a apuração observe possível conduta ilícita/ ilegal, a área responsável pela Auditoria Interna enviará a documentação colhida nas apurações para a avaliação da área Jurídica (cível, criminal e/ou trabalhista) para decisão sobre os próximos passos, desde que a denúncia não envolva a própria área Jurídica. Caso a denúncia envolva a área Jurídica, a Auditoria Interna, com apoio do Comitê de Auditoria, encaminhará o caso diretamente para escritórios de advocacia independentes, assegurando a imparcialidade, a confidencialidade e a independência da apuração.

São fundamentais para as recomendações decorrentes da apuração interna a atenção às evidências, cumprimento de critérios técnicos na apuração e, quando necessário, a elaboração de um parecer jurídico. A definição de medidas corretivas ou disciplinares ocorre de forma imparcial, objetiva e colegiada, por meio da Comissão de Ética, com base no Código de Conduta, nas políticas e nas normas internas da Companhia e na legislação vigente. O processo tem como foco a promoção de um ambiente íntegro, ético e seguro para todos, bem como a prevenção e mitigação de riscos à Companhia.

Os resultados das apurações e os temas recorrentes identificados no Canal de Denúncias deverão ser utilizados como insumo para a atualização do mapa de riscos, o aperfeiçoamento dos controles internos, a revisão de políticas e a definição de treinamentos e ações de comunicação, de forma a tratar causas-raiz e prevenir a reincidência dos fatos.

6. Vigência

A Política terá vigência por prazo indeterminado e entrará em vigor na data de aprovação pelo Conselho de Administração. A Política deverá ser revista dentro dos prazos previstos na Política do Sistema Normativo da Companhia, podendo ocorrer em menor período, caso haja necessidade, e/ou em decorrência de alterações legislativas e regulatórias, ou em decorrência de revisão nos documentos de governança corporativa.

7. Referência

- Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção
- Decreto nº 11.129/2022
- Lei nº 9.613/1998 - Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro
- Código de Ética e Conduta
- Política de Compliance
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria
- Regulamento da Comissão de Ética
- Política do Sistema Normativo
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política de Controles Internos
- Política de Combate à Corrupção
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo
- Política de Doações e Patrocínios
- Política de Transações com Partes Relacionadas
- Diretriz Normativa de Recebimento e Tratamento de Denúncias
- Diretriz Corporativa de Consequências